

IVAN EDUARDO DE ABREU ARRUDA

PROCESSO PARA IMPLANTACÃO DO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Administração Esportiva, sob orientação do
Prof. Ms. Marcos Aurélio Schemberger.

UNIVERSIDADE DO ESPORTE – UFPR

CURITIBA

2003

*Com carinho, a meus pais, Ilton
e Edna, pelo apoio, conforto e
compreensão em todos os
momentos de minha vida.*

Agradeço...

... ao Sr. Bonato, pelo apoio aplicado desde o início do curso,

... aos colegas de curso, Grisard, Rubens e Prietto, por estarem sempre à disposição,

... à Elaine Cristina, da Universidade São Francisco, pela atenção cedida,

... à Claudia Nagano, da Faculdade de Registro, pela infinita paciência,

... enfim, às inúmeras pessoas que sempre me incentivaram a enfrentar os desafios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – A ESTRUTURAÇÃO DE UMA OPÇÃO	11
1. A opção pela Licenciatura	11
2. Sistema de Educação Superior e os Tipos de Instituições	12
2.1. Processo para Autorização de Cursos Superiores em Faculdades Integradas, Escolas Superiores, Faculdades e Institutos Superiores Credenciados	15
2.2. Tipos de Cursos Superiores	16
3. Diretrizes Curriculares	16
3.1. Caracterizando a Área da Educação Física	17
3.2. Conteúdos Curriculares	17
3.3. Currículo Mínimo e Duração do Curso	18
3.4. Corpo Docente	19
4. Planejamento Econômico	19
CAPÍTULO II – IMPLANTAÇÃO DO CURSO	20
1. Concepção, Finalidades e Objetivos	20

1.1. Justificativa do Curso	22
1.2. Missão	23
1.3. Perfil Esperado do Graduado	23
1.4. Habilidades Pretendidas	24
1.5. Dados Gerais	24
2. Plano Curricular Proposto	24
2.1. Grade Curricular	24
2.2. Distribuição de Disciplinas por Área	26
2.3. Disposição da Carga Horária	27
2.4. Ementário e Bibliografia Básica	27
3. Biblioteca	46
4. Corpo Docente	47
4.1. Titulação do Corpo Docente	47
4.2. Remuneração do Corpo Docente	48
5. Infra-estrutura	48
6. Recursos Materiais	49
7. Planejamento Econômico Financeiro	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	55
GLOSSÁRIO	70

TABELAS

TABELA 1 – Plano Curricular e Carga Horária	24
TABELA 2 – Disciplinas do Conhecimento	26
TABELA 3 – Orçamento dos Livros	46
TABELA 4 – Remuneração do Corpo Docente por Titulação	48
TABELA 5 – Investimento Anual com Corpo Docente	48
TABELA 6 – Investimento com Recursos Materiais	49
TABELA 7 – Planejamento Econômico Financeiro	50

RESUMO

PROCESSO PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ivan Eduardo de Abreu Arruda

Orientador Professor Marcos Aurélio Schemberger

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo necessário para implantar o curso de graduação em Licenciatura em Educação Física numa faculdade já credenciada. No primeiro capítulo descreveremos sobre as visões de diversos autores em relação à criação de um curso. No segundo capítulo explicaremos todos os fatores importantes para esta implantação. Portanto, através dos dados estudados, poderemos entender as exigências, características e investimentos necessários à implantação de um curso de Licenciatura em Educação Física.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é a análise do processo de implantação do curso de graduação em Educação Física numa faculdade já existente e estruturada, voltada à regiões carentes em profissionais da área.

Num primeiro momento trataremos sobre os conceitos de licenciatura e bacharelado mostrando os motivos que levaram a direcionar este projeto ao aprofundamento à Licenciatura em Educação Física.

Pretende-se visualizar a estruturação do sistema de educação superior e os diversos tipos de instituições e cursos, algumas comparações entre Instituições de Ensino Superior Privada e Pública, e o processo para autorização de cursos superiores em faculdades já credenciadas.

Observar-se-ão as diretrizes curriculares pertinentes ao curso de graduação em Educação Física enfatizando as características da área da Educação Física, seu conteúdo curricular, a duração do curso e o currículo mínimo, e o corpo docente.

Fará parte o Planejamento Econômico Financeiro de uma Instituição de Ensino Superior Privada e o modelo ideal para precificação de um curso.

Para finalizar, prender-se-á a atenção ao processo criado à implantação do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física analisando as finalidades e os objetivos do curso em questão, o plano curricular proposto, as necessidades de biblioteca, corpo docente, infra-estrutura e recursos materiais, e a previsão de investimento para o primeiro ano do curso.

CAPÍTULO I – A ESTRUTURAÇÃO DE UMA OPÇÃO

1. A OPÇÃO PELA LICENCIATURA

A opção do aprofundamento em Licenciatura para o Curso de Graduação em Educação Física foi feita no intuito de atender a carência profissional no ensino fundamental e médio existente em diversas regiões do Brasil. Como TAFFAREL (1993) disserta, a licenciatura prepara o profissional somente para o ensino escolar de primeiro e segundo graus. Apesar da escolha, muitos estudiosos criticam os Cursos de Licenciatura em Educação Física.

“As licenciaturas se têm reservado o último lugar na universidade, que as considera incapazes de produzirem o próprio saber, mero ensino profissionalizante no sentido da preparação para a execução de tarefas por outrem pensadas, versões empobrecidas dos bacharelados e com algum recheio didático operativo apenas, como se educar não exigisse um saber próprio, rigoroso e consistente.” (MARQUES, 2000).

De acordo com TOJAL (1989), a abertura de cursos de graduação em bacharelado em Educação Física desenvolvidos de maneira séria e compromissada pode garantir a formação

de profissionais com perfis diferenciados em cada habilitação alargando e estabelecendo um novo e maior mercado de trabalho profissional.

Entretanto, como este projeto está focado à localidades carentes de educadores físicos, como pensar em implantar o bacharelado em Educação Física se a necessidade é suprir a falta de licenciados no âmbito escolar? Com a criação do Curso de Licenciatura isso tende a ser resolvido na íntegra ou em partes.

2. SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS TIPOS DE INSTITUIÇÕES

Segundo o MEC, as instituições de educação superior brasileira estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica):

Instituições Públicas: são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser:

- Federais: mantidas e administradas pelo Governo Federal;
- Estaduais: mantidas e administradas pelos governos dos estados;
- Municipais: mantidas e administradas pelo poder público municipal.

Instituições Privadas: são as instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como:

- Instituições privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito: instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:
 - Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;
 - Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;
 - Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Através de uma visão comparativa, TRIGUEIRO (2000) afirma que as IES Privadas são menos burocratizadas, há menor dispersão espacial e poucos níveis hierárquicos em

relação às IES públicas. Ainda seguindo uma comparação, SANTOS & SILVEIRA (2000) mostram que em 1996 haviam quase mil IES no Brasil e que 75% aproximadamente eram IES Particulares. Através de dados mais atualizados, ROCHA & GRANEMANN (2003) confirmam que, na virada deste século, o número de IES Privada atingiu 85% no País.

Conforme o MEC e a Revista Paranaense de Educação, as Instituições de Ensino Superior estão organizadas da seguinte forma:

- Universidades: instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão;
- Universidades Especializadas: instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas e/ou aplicadas;
- Centros Universitários: instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar;
- Centros Universitários Especializados: instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar;
- Faculdades Integradas e Faculdades: instituições de educação superior, públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino;
- Institutos Superiores e Escolas Superiores: instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão);
- Centros de Educação Tecnológica: instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e

serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

SOUZA (1991) ressalta ainda que o ensino superior brasileiro se ministra através de institutos isolados – faculdade ou escola superior que ministra apenas um curso ou um limitado agrupamento de cursos - e de universidades – complexo de faculdades e cursos interligados.

As Instituições da Educação Superior têm que seguir determinadas regras para abrir novos cursos e diplomar seus concluintes. Todos os cursos são criados por meio de um ato legal, que pode ser chamado de criação ou autorização, dependendo da organização acadêmica da instituição.

O ato de criação é restrito às universidades e centros universitários. Geralmente é resultado da aprovação de um colegiado superior da instituição, como o Conselho Universitário, Conselho de Ensino ou similar. Neste caso, não é necessária a aprovação de nenhuma instância superior.

O ato de autorização é necessário às instituições não-universitárias: faculdades integradas, faculdades, escolas ou institutos superiores. Neste caso elas devem submeter as suas propostas de criação dos cursos de graduação a instâncias superiores: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, quando forem instituições públicas federais ou privadas. Já as instituições públicas estaduais e municipais deverão submeter seus pedidos de abertura de cursos aos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

Nos casos de criação, autorização e reconhecimento de cursos é importante saber que as universidades e os centros universitários são os dois únicos tipos de instituição com autonomia para criar ou fechar cursos sem autorização prévia. Mesmo assim, há um limite: quando essas instituições quiserem abrir cursos novos (ou incorporar cursos existentes) fora de suas sedes, elas também precisam de autorização.

Todas as demais instituições de educação superior que queiram criar um curso precisam passar pelo processo formal de autorização. Esse é o ato legal que permite a instalação do curso e a abertura de processo seletivo para matrícula de alunos (SOUZA, 1991).

A situação legal de criado ou autorizado, entretanto, é transitória. Existe uma outra situação legal para os cursos de instituições superiores: o reconhecimento. O curso criado ou autorizado pode abrir inscrições, realizar processo seletivo e receber alunos, mas não pode ainda conferir diploma. Deve solicitar ao Ministério da Educação o reconhecimento quando

cumprir 50% de seu projeto curricular. O curso reconhecido está habilitado a conferir diploma a seus alunos. Já passou pela etapa de autorização e tem quatro ou mais anos de funcionamento. No entanto, esta situação não é permanente: o reconhecimento é concedido por prazo determinado ou o curso pode perder sua competência para outorgar diplomas se obtiver três conceitos D ou E consecutivos no Exame Nacional de Cursos “Provão” e uma condição insuficiente na dimensão corpo docente da Avaliação das Condições de Ensino, realizada pelo MEC.

Enfim, para abrir um novo curso, a primeira etapa é a obtenção de autorização. Para isso, a Instituição de Ensino Superior - IES - prepara o projeto do curso e o submete à Secretaria de Educação Superior – SESU - do MEC. A partir deste projeto, o MEC conclui se o curso atende aos padrões de qualidade definidos para cada área de formação.

Obtida a autorização, o curso pode então abrir inscrições para o processo seletivo, receber alunos e cumprir o projeto pedagógico, mas ainda não pode conferir diploma. A autorização vale até quando a primeira turma de alunos estiver entrando no último período, ou seja, já em vias de completar a sua formação. A esta altura, o curso precisa obter o seu reconhecimento.

O processo de reconhecimento, necessário para que o curso possa conferir diploma aos concluintes, compreende a remessa de documentação à SESU/MEC e uma Avaliação das Condições de Ensino, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP. A Comissão verificadora se reúne com os dirigentes, coordenadores, funcionários, professores e alunos, e avalia três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações. O relatório conclusivo da Comissão de Verificação confere um conceito para cada dimensão avaliada. A partir desta avaliação a SESU/MEC emite um documento recomendando ou não, ou reconhecimento, com um prazo de até cinco anos.

Os processos de autorização e reconhecimento de cursos e as recomendações das Comissões de Avaliação in loco são homologados pelo Ministro da Educação e depois transformados em ato do Poder Executivo. Caso o resultado do processo de autorização ou de reconhecimento seja negativo, a instituição pode voltar a pedir tanto a autorização quanto o reconhecimento, depois de cumprir as recomendações feitas pela Comissão que devem ser referendadas pelo MEC.

2.1. Processo para Autorização de Cursos Superiores em Faculdades Integradas, Escolas Superiores, Faculdades e Institutos Superiores Credenciados

A autorização prévia para o funcionamento de cursos superiores em faculdades integradas, escolas superiores, faculdades e institutos superiores, já existentes e credenciadas, será formalizada mediante ato do Poder Executivo. O ato de autorização fixará o número de vagas, o município e o endereço das instalações para o funcionamento dos cursos autorizados. As solicitações deverão ser feitas sempre nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de abril ou de 1º de julho a 30 de agosto. Com a autorização fornecida, os cursos superiores deverão iniciar suas atividades acadêmicas no prazo máximo de até doze meses, contados da data de publicação do ato legal de sua autorização, findo o qual este será automaticamente revogado.

2.2. Tipos de Cursos Superiores

Os cursos superiores obedecem a diversos tipos e modalidades: graduação, pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento, extensão e outros. SOUZA (1991), conceitua cada um deles:

- Graduação: abertos à matrícula de candidatos que concluíram o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em processo de vestibular;
- Pós-graduação: destinado à candidatos diplomados em curso de graduação;
- Especialização e Aperfeiçoamento: abertos a candidatos graduados em nível superior ou em cursos equivalentes.
- Extensão: podem receber candidatos com ou sem prévia titulação universitária.

3. DIRETRIZES CURRICULARES

“As diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições de ensino superior. Dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional”. (MEC, 2002).

Segundo SOUZA (1991), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional são as leis básicas do sistema de ensino, com a função de organizá-lo, indicar seus fins e

procedimentos, fundamentar seus princípios, sugerir linhas de política de ação, prever sua administração e lhe conferir significado e poder.

Nos contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, tendo em vista que o CAPES agrupou a Educação Física no bloco de carreiras das Ciências Biológicas e da Saúde, faz-se necessário a compreensão de “saúde”. Acompanhando a definição apresentada pela Organização Mundial de Saúde, o termo, “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença e enfermidade”.

3.1. Caracterizando a área da educação física

A Educação Física apresenta-se como um campo de intervenção profissional que presta serviços à sociedade caracterizando-se pela disseminação e aplicação do conhecimento sobre a atividade física, técnicas e habilidades, buscando viabilizar aos usuários ou beneficiários o desenvolvimento da consciência corporal, possibilidades e potencialidades de movimento, visando a realização de objetivos educacionais, de saúde, de prática esportiva e expressão corporal (MEC, 2002).

3.2. Conteúdos curriculares

As Diretrizes do Curso de Educação Física estabelecem os seguintes conteúdos curriculares, conforme dados do Ministério da Educação:

- Conhecimentos Biodinâmicos da Atividade Física e do Movimento Humano (morfológicos, fisiológicos e biomecânicos);
- Conhecimentos Comportamentais da Atividade Física e do Movimento Humano (mecanismos e processos de desenvolvimento motriz, aquisição de habilidades e de fatores psicológicos);
- Conhecimentos Sócio-Antropológicos da Atividade Física e do Movimento Humano (filosófico, antropológico, sociológico e histórico que enfocam aspectos éticos, estéticos, culturais e epistemológicos);
- Conhecimentos Científico-Tecnológicos (técnicas de estudo e de pesquisa);

- Conhecimentos Pedagógicos (princípios gerais e específicos de gestão e organização das diversas possibilidades de intervenções do profissional no campo de trabalho e de formação);
- Conhecimentos Técnico-Funcionais Aplicados (teóricos e metodológicos aplicados ao desempenho humano identificado com as diferentes manifestações da Atividade Física, do Movimento Humano e da Motricidade Humana);
- Conhecimentos sobre a Cultura das Atividades Físicas e do Movimento Humano (diferentes manifestações da cultura das atividades físicas nas suas formas de jogos, esportes, ginásticas, danças, lazer, recreação e outros);
- Conhecimentos sobre Equipamentos e Materiais (diferentes equipamentos e materiais e suas possibilidades de utilização na ação pedagógica e técnico científica com as manifestações de Atividade Física e de Movimento Humano).

Segundo o MEC (2002), a formação do profissional de Educação Física deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente. Esses Estágios Supervisionados, que geralmente são realizados no último ano da graduação, constituem um processo de transição profissional com a finalidade de unir duas lógicas – educação e trabalho – proporcionando ao graduando a possibilidade de demonstrar conhecimentos e habilidades adquiridas no curso.

O MEC também estabelece que para a conclusão total do Curso de Graduação em Educação Física torna-se obrigatória a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, sob orientação docente.

Na ótica das Diretrizes do Curso de Educação Física, a organização do curso deve ser definida pelo respectivo colegiado do Curso, indicando o regime: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular. Já a organização curricular do curso deve permitir o desenvolvimento do mesmo em ciclos ou áreas de formação geral e específica.

3.3. Currículo mínimo e duração do curso

Conforme SOUZA (1991) e informações sobre propostas curriculares pesquisadas pelo Instituto “Roberto Simonsen”, o currículo mínimo corresponde ao núcleo mínimo necessário de disciplinas, indispensável para uma adequada formação profissional.

“O currículo mínimo será a matéria-prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização do currículo do curso, podendo ser complementado com outras matérias para atender a exigência de sua programação específica, a peculiaridades regionais e a diferenças individuais dos alunos.” (SOUZA, 1991).

O Instituto Roberto Simonsen afirma que a duração mínima do curso deve ser expressa em hora-aula e distribuídas dentro de um limite de ano que varia conforme o curso.

3.4. Corpo docente

Os professores das Instituições de Ensino Superior devem, além da graduação, portarem títulos complementares que, segundo SOUZA (1991), hierarquizam-se na seguinte seqüência:

- Doutoramento: obtido em curso de pós-graduação credenciado, com duração mínima de dois anos;
- Mestrado: obtido em curso de pós-graduação credenciado, com duração mínima de um ano;
- Especialização: obtido em curso dessa natureza, com duração mínima de 360 horas;
- Outros: livros publicados, experiência profissional ou docente, pesquisa científica, participação em congressos, etc.

4. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com o elevadíssimo número de IES Privada é notório o acirramento da competição, sendo assim, cabe à IES Privada adotar um modelo de preços competitivos que leve em conta para cada curso o custo otimizado dos fatores necessários à sua realização.

Através dos estudos de ROCHA & GRANEMANN (2003), o modelo teórico de precificação de um curso seria:

$$P = CDM + MkB = CM$$

onde, P é o Preço do Curso, CDM é o custo direto médio, MkB é o mark-up bruto e CM é o custo médio.

CAPÍTULO II – IMPLANTAÇÃO DO CURSO

1. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

O currículo proposto estabelece uma sólida formação básica, complementada por uma formação em nível de aprofundamento em Escola/Licenciatura, habilitando o profissional para exercer sua função educadora prioritariamente na área de educação formal, ou seja, o ensino fundamental e médio.

A opção pelo aprofundamento em educação escolar é uma questão de se atender às necessidades reveladas pela região. Nestas circunstâncias, a educação como fator propulsor do processo de desenvolvimento, adquire uma importância muito maior. É necessário que se formem licenciados em várias áreas, e a Educação Física está inserida neste contexto, como estabelece a LDB em seu artigo 26, parágrafo 3º: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Na construção do projeto pedagógico de qualquer curso superior, o primeiro foco deve-se voltar para o que estabelece a LDB em seu artigo 43, que refere-se às finalidades do ensino superior:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Sem perder de vista estes objetivos gerais, é preciso, num segundo momento, voltar os olhos para as concepções vigentes de Educação Física e Educação Física Escolar.

Historicamente, a Educação Física restringiu os conceitos de corpo e movimento aos aspectos fisiológicos e técnicos, enfatizando a aptidão física. Hoje entende-se a necessidade de considerar o corpo também no aspecto social, cultural, político e afetivo. Neste sentido a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais “adotou a distinção entre organismo – no sentido estritamente fisiológico – e corpo – que se relaciona dentro de um contexto sociocultural – e aborda os conteúdos da Educação Física como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos”.

Portanto, “entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e

integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida”. (PCN)

Nos últimos 50 anos, o mundo conseguiu um acúmulo de conhecimento extraordinário. O processo de industrialização onde predomina a automação; a tecnologia colocada a serviço do homem; o capitalismo levado às últimas conseqüências ameaça transformar as pessoas em auto-suficientes materialmente, mas também, em seres isolados, fechados em si, e pouco solidários. Cabe à escola contribuir para “a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre homens e mulheres, enfim, ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência”. (PCN)

Em consonância com a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, a proposta pedagógica do curso de Educação Física está voltada para a formação do Homem como um todo, integrado ao ambiente humano e físico em que atua, tecnicamente preparado para a função de educador, motivado para ser um agente de transformação da sociedade, com pensamento autônomo, liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, e, habilidade para interagir criativamente e positivamente face aos diferentes contextos sociais, culturais, econômicos ou políticos. Para que isto seja possível o ensino, a pesquisa e a extensão estarão integrados, buscando esta formação que prioriza o ser humano

1.1. Justificativa do Curso

Justifica-se a formação desses profissionais pois trata-se de uma região muito carente em recursos humanos e econômicos, sendo formada em sua maioria por indivíduos assalariados e cuja oportunidade de estudo à eles e aos filhos está principalmente na escola pública, tornando-se praticamente a única opção para se conseguir melhores oportunidades de emprego e profissionalização a médio e a longo prazo na vida.

Nesse cenário de grande carência de recursos, o profissional de Educação Física na escola assume um importante papel educacional e formador, estimulando e orientando as práticas de movimento e as vivências psicomotoras que podem ser vislumbradas como grandes oportunidades de expressão, participação e educação integral do Homem, tornando-o apto a arquitetar e realizar as mudanças em seu meio.

A formação desse profissional dará a ele condições de visualizar questões e soluções sobre a natureza biológica, cultural e social que o cercam. Este por sua vez valorizará os conhecimentos bioantropológicos, político, sociais e psicológicos do Homem para orientá-lo na construção de um saber coletivo e social em transformação dinâmica.

É necessário também que as parcerias com o governo municipal e estadual, bem como com as entidades diversas, sejam firmadas para ajustar as necessidades regionais aos programas da graduação, extensão e formação diferenciada que se pode oferecer aos profissionais e aos futuros profissionais. Visa-se em última análise o desenvolvimento do Homem e da sociedade na qual está inserido.

1.2. Missão

Graduar em Educação Física com aprofundamento em Escola (Licenciatura) habilitando o profissional para atuar ministrando os conhecimentos do campo da educação do movimento e da cultura corporal do movimento considerando os aspectos técnicos, anatomofisiológicos, psicoafetivos, políticos e socioculturais de seus educandos, objetivando em sua ação estimular o desenvolvimento integral do ser humano, tornando-o apto a participar e transformar a sociedade a qual pertence.

1.3. Perfil Esperado do Graduado

Possuir uma visão ampla da realidade social, política, cultural, e econômica do País, consciente das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade, num sentido inovador, criador e democrático.

Ser profissional com visão pedagógicas e científicas, dominando instrumentos, métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais.

Ter condições de liderança e comportamento ético que se ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente transformação.

Ser um profissional eficiente no uso de seus conhecimentos, sendo capaz de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo de forma autônoma e propondo mudanças.

1.4. Habilidades Pretendidas

Capacidade de adaptação ao meio de trabalho maximizando os recursos materiais e humanos disponíveis.

Capacidade de liderança que o permita tornar-se um agente de transformação na comunidade onde atua.

Capacidade de motivar os educandos de forma a despertar neles o interesse pelas aulas, não apenas como cumprimento de grade curricular, mas como efetivo de aprendizado, aguçando-lhe o interesse e a curiosidade pela lei da vida.

Capacidade de transmitir adequadamente os conhecimentos específicos na sua área de atuação.

1.5. Dados Gerais

Denominação:	Curso de Educação Física Aprofundamento Escola (Licenciatura)
Número de Vagas Anuais:	160 (cento e sessenta)
Número de Aluno / Turma:	2 turmas de 80 alunos
Turno de Funcionamento:	Noturno
Regime de Matrícula:	Semestral
Carga Horária Total:	3.200 horas/aula
Integralização do Curso:	Mínimo: 08 semestres Máximo: 12 semestres
Valor para Anuidade em 2004:	R\$ 4.200,00
Bases Legais:	Resolução CFE n.º 03/87 de 16 de junho de 1987

2. PLANO CURRICULAR PROPOSTO

2.1. Grade Curricular

PLANO CURRICULAR COM DISCIPLINAS POR SÉRIE E CARGA HORÁRIA SEMANAL E TOTAL			
CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA			
Semestre	Disciplina	C.H. Semanal (T-P)	C.H. Total

1°	Metodologia da Pesquisa em Educação Física	4.0	80
	História da Educação Física e do Esporte	2.0	40
	Bases Filosóficas Aplicadas à Educação Física	2.0	40
	Informática	1.1	40
	Comunicação e Expressão	2.0	40
	Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	2.2	80
	Teoria e Prática da Ginástica	2.2	80
		Subtotal:	400 h/a
2°	Anatomia Humana Aplicada à Educação Física	2.2	80
	Bases Sociológicas Aplicadas à Educação Física	2.0	40
	Metodologia do Ensino da Ginástica Olímpica	2.2	80
	Teoria e Prática da Dança e Danças Folclóricas	2.2	80
	Teoria e Prática da Recreação e do Lazer	1.2	60
	Bases Psicológicas Aplicadas à Educação Física	3.0	60
		Subtotal:	400 h/a
3°	Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Humana	3.0	60
	Didática Aplicada à Educação Física	3.0	60
	Fisiologia Geral	3.0	60
	Metodologia de Ensino do Atletismo	2.2	80
	Metodologia de Ensino do Handebol	2.1	60
	Metodologia de Ensino da Nataçao	2.2	80
		Subtotal:	400 h/a
4°	Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	2.1	60
	Fisiologia do Exercício	3.0	60
	Metodologia de Ensino do Basquetebol	2.1	60
	Organização de Eventos	3.0	60
	Planejamento de Ensino	3.0	60
	Legislação em Educação Física	2.0	40
	Nutrição em Educação Física	3.0	60
		Subtotal:	400 h/a
5°	Metodologia de Ensino de Lutas e Esportes de Contato	1.2	60
	Metodologia de Ensino do Futebol e do Futebol de Salão	2.2	80
	Primeiros Socorros em Educação Física	1.1	40
	Treinamento Desportivo	2.1	60
	Educação Física Especial	2.1	60
	Cinesiologia	3.0	60
	Atividades Aquáticas	1.1	40
		Subtotal:	400 h/a
6°	Metodologia de Ensino do Voleibol	2.1	60
	Esportes Alternativos	1.1	40
	Medidas e Avaliação em Educação Física	2.1	60
	Musculação	2.2	80
	Educação Física Preventiva	2.1	60
	Metodologia de Ensino do Tênis	2.1	60
	Atividades Físicas em Academia	1.1	40
		Subtotal:	400 h/a
7°	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio	3.0	60

	Educação Física Pré-Escolar	2.1	60
	Psicologia da Educação	3.0	60
	Seminário de Monografia I	1.3	80
	Prática de Ensino em Educação Física – Estágio Supervisionado I	1.6	140
		Subtotal:	400 h/a
8º	Educação Física no Ensino Fundamental e Médio	2.2	80
	Bases Pedagógicas Aplicadas à Educação Física	2.0	40
	Metodologia do Ensino em Educação Física	2.0	40
	Seminário de Monografia II	1.3	80
	Prática de Ensino em Educação Física - Estágio Supervisionado II	1.7	160
		Subtotal:	400 h/a
		TOTAL:	3.200 h/a

(Tabela 1)

2.2. Distribuição de Disciplinas por Área

A Estrutura Curricular foi estabelecida levando-se em consideração a proposta de Diretrizes Curriculares apresentada pela Comissão de Especialistas em Educação Física. Portanto, sendo constituída por disciplinas que integram dois núcleos:

- Conhecimento Identificador da Área: que garante uma sólida formação geral e é composto por disciplinas de **Formação Básica** e por disciplinas de **Formação Específica**.
- Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento: que conferem ao graduado habilidades específicas para atuação no campo da docência.

Assim, ao final do Curso será conferido o título de Graduado em Educação Física, com Aprofundamento em Escola (Licenciatura), ao aluno formando.

DISCIPLINAS DO CONHECIMENTO IDENTIFICADOR DA ÁREA		DISCIPLINAS DO CONHECIMENTO DO TIPO DE APROFUNDAMENTO
FORMAÇÃO BÁSICA	FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
História da Educação Física	Metodologia de Ensino do Basquetebol	Didática Aplicada à Educação Física
Bases Filosóficas Aplicadas à Educação Física	Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio
Bases Sociológicas Aplicadas à Educação Física	Educação Física Especial	Psicologia da Educação
Bases Psicológicas Aplicadas à Educação Física	Metodologia de Ensino do Futebol e do Futebol de Salão	Seminário de Monografia I
Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Humana	Medidas e Avaliação em Educação Física	Seminário de Monografia II
Metodologia da Pesquisa em Educação Física	Teoria e Prática da Recreação e do Lazer	Educação Física Pré-Escolar
Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	Teoria e Prática da Dança e Danças Folclóricas	Educação Física no Ensino Fundamental e Médio
Anatomia Humana Aplicada à Educação Física	Metodologia de Ensino de Esportes de Contato	Prática de Ensino em Educação Física Estágio Supervisionado I
Primeiros Socorros em Educação	Metodologia de Ensino do	Prática de Ensino em Educação

Física	Voleibol	Física Estágio Supervisionado II
Nutrição em Educação Física	Metodologia de Ensino do Atletismo	Metodologia de Ensino em Educação Física
Fisiologia Geral	Metodologia de Ensino da Ginástica Olímpica	Planejamento de Ensino
Legislação em Educação Física	Metodologia de Ensino do Handebol	Bases Pedagógicas da Educação Física
Comunicação e Expressão	Fisiologia do Exercício	
Informática	Metodologia de Ensino da Natação	
	Teoria e Prática da Ginástica	
	Treinamento Desportivo	
	Metodologia de Ensino do Tênis	
	Educação Física Preventiva	
	Musculação	
	Cinesiologia	
	Esportes Alternativos	
	Organização de Eventos	
	Atividades Aquáticas	
	Atividades Físicas em Academias	

(Tabela 2)

2.3. Disposição da carga horária

TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO:	3.200 HORAS/AULA
Conhecimento Identificador da Área:	2.280 Horas/aula (71,25 %)
<i>Formação Básica:</i>	760 Horas/aula (33,33 %)
<i>Formação Específica:</i>	1.520 Horas/aula (66,67 %)
Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento:	920 Horas/aula (28,75 %)

2.4. Ementário e Bibliografia Básica

➤ Metodologia da Pesquisa em Educação Física

Tipos de conhecimentos, princípios da ciência, princípios educativos da pesquisa. Técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico. Técnica de tratamento bibliográfico. Técnica de leitura e de documentação. Técnica de redação. Métodos de investigação científica. Ciência básica e aplicada. Técnicas de pesquisa na Educação Física. Etapas na elaboração de um projeto de pesquisa. Monografia.

DEMO, P., *Pesquisa – Princípio Científico e Educativo*, São Paulo, Cortez Editores, 1990.

MEDEIROS, J. B. *Redação Científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, E.M. *Metodologia do Trabalho Científico*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

➤ **História da Educação Física**

Educação Física e esportes como fenômeno cultural da sociedade moderna. Educação Física e esportes na antiguidade e sua evolução no Brasil.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*.

Campinas: Papyrus, 1988.

MEDINA, J. P. S. *A Educação Física cuida do corpo ...e "mente"*. 7. ed. Campinas: Papyrus 1987.

RAMOS, J.J. *Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo ao nossos dias*.

São Paulo: Ibrasa, 1983.

MELO, V.A. *História da Educação Física e do Esporte no Brasil*. São Paulo, Ibrasa, 1993.

➤ **Bases Filosóficas Aplicadas à Educação Física**

A produção, evolução e aquisição do conhecimento. A presença da filosofia na educação. Educação Física, o sentido do corpo. Corpo, cultura e política. A filosofia nos esportes.

ALVES, D.J. *A Filosofia no Ensino Médio*. [s.l.]: Autores Associados, 2002.

MORANDI, F. *Filosofia da Educação*. [s.l.]: Edusc, 2002.

➤ **Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física**

Aspectos morfológicos e funcionais dos componentes celulares. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido sangüíneo. Tecido muscular. Tecido nervoso. Tecido ósseo. Proteínas: composição, estrutura e função. Enzimas: classificação, cinética e controle. Metabolismo de carboidratos. Metabolismo de lipídios. Metabolismo de compostos nitrogenados. Aspectos bioquímicos da ação hormonal. Transporte de gases no sangue. Bioquímica da contração muscular.

WEINECK, J. *Biologia do Esporte*. São Paulo: Manole, 2000.

JUNQUEIRA, L.C. *Histologia Básica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

ROBERTIS Jr., E. *Bases da Biologia Celular e Molecular*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

➤ **Teoria e Prática da Ginástica**

História e Evolução da Ginástica. Os métodos e as escolas de Ginástica. Classificação dos exercícios físicos segundo suas características. Terminologia básica da Educação Física. Aquecimento. Fatores essenciais e básicos na composição de uma aula de ginástica. Ginástica formativa com aparelhos. Ginástica Rítmica Desportiva.

CONCEIÇÃO, R.B. *Ginástica Escolar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

PRUDDEN, S. *Ginástica para Crianças*. [s.l.]: Martins Fontes, [s.d.].

VIEIRA, E.A. *Ginástica Rítmica Desportiva*. [s.l.]: Ibrasa, 2002.

➤ **Anatomia Humana Aplicada à Educação Física**

Introdução. Sistema esquelético. Articulações. Sistema muscular. Sistema nervoso. Sistemas circulatório e linfático. Sistema respiratório. Sistema digestivo. Sistema urinário. Sistema genital. Sistema endócrino. Sistema tegumentar. Estudo do Movimento Humano cotidiano, Análise cinesiológica da Postura, da Marcha e dos Saltos.

GARDNER, W.D.; OSBURN, W.A. *Anatomia do Corpo Humano*. São Paulo: Atheneu, 1980.

HAMILL, J. *Bases Biomecânicas do Movimento Humano*. São Paulo: Manole, 1999.

PALASTANGA, N. *Anatomia e Movimento Humano – Estrutura e Função*. São Paulo: Manole, 2000.

MIRANDA, E. *Bases de Anatomia e Cinesiologia*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

DANGELO, J.G. *Anatomia Básica dos Sistemas Orgânicos*. São Paulo: Atheneu, 1998.

➤ **Bases Sociológicas Aplicadas à Educação Física**

Principais correntes sociológicas. Estratificação social e estrutura de classes. Relação da sociologia com a área da educação, educação física e esporte. O esporte como expressão da cultura e sociedade.

CASTILHO, R.S. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. [s.l.]: Iglu, 2002.

DAOLIO, J. *Da Cultura do Corpo*. Campinas: Papirus, 1999.

➤ **Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Humana**

Introdução, conceituação e importância. Métodos de estudo. Teorias do desenvolvimento. Crescimento e desenvolvimento físico. Desenvolvimento perceptivo-motor. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento psicossocial. Fatores intervenientes no crescimento e desenvolvimento. Implicações do crescimento e desenvolvimento no processo de aprendizagem. Avaliação do crescimento e desenvolvimento.

PAPALIA, D. ; OLDS, S. *Desenvolvimento Humano*. [s.l.]: Artmed, 2000.

WITTER, G. P. ; LOMÔNACO, J. F. B. *Psicologia da Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1984.

MARCONDES, E. *Crescimento Normal e Deficiente*. São Paulo: Sarvier, 1989.

➤ **Teoria e Prática da Dança e Danças Folclóricas**

Histórico da dança. estudo do movimento por intermédio da expressão e criatividade. Fatores do movimento. Gráfico do esforço. Gráfico da forma. Ritmo e movimento. Folclore nacional. Folclore Regional. Atividades rítmicas, danças das diferentes regiões e seus respectivos contextos. Vivências populares, participação em festivais.

CASCUDO, L.C. *Dicionário de Folclore Brasileiro*. 10.ed. [s.l.]: Global, 2001.

PAIVA, I.M.R. *Brinquedos cantados*. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

NANNI, D. *Dança e educação – da pré-escola a universidade*. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

OSSONA, P. *A Educação pela Dança*. São Paulo: Summus, 1988.

PORTINARI, M. *História da Dança*. [s.l.]: Nova Fronteira, [s.d.].

GARAUDY, R. *Dançar a Vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MENDES, M.G. *A Dança. 2ed.* São Paulo: Atica, 1987.

CANTON, K. *E o Príncipe Dançou: o conto de fadas, da tradição oral à dança contemporânea.* São Paulo: Atica, 1994.

HARF, R. *Expressão Corporal na pré escola.* São Paulo: Summus, 1987.

PUGADE-RENAUD, C. *Linguagem do Silêncio: Expressão Corporal.* São Paulo Summus, 1990.

➤ Metodologia de Ensino da Ginástica Olímpica

Considerações gerais da Ginástica Olímpica. Histórico e evolução. Metodologia do ensino dos fundamentos da Ginástica Olímpica. Provas da Ginástica Olímpica feminina e masculina: características, iniciação, descrição das execuções técnicas e sequência pedagógicas dos exercícios. Noções de arbitragem.

PUBLIO, N.S. *Evolução Histórica da Ginástica Olímpica.* São Paulo: Phorte, 1998.

SANTOS, C.R. *Gymnica 1000 Exercícios.* Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

ABTIBOL, L.G. *Ginástica Olímpica.* [s.l.]: Ediouro, 1995.

➤ Bases Psicológicas Aplicadas à Educação Física

Introdução à psicologia na educação física e no esporte. Diferenças individuais. Influência social. Motivação.

LYRA FILHO, J. *Introdução a Psicologia dos Desportos.* Rio de Janeiro: Record, 1983.

FRANCO, G. S. *Psicologia no Esporte e na Atividade Física – Uma coletânea sobre a prática com qualidade.* Rio de Janeiro: Manole, 2000.

➤ Teoria e Prática da Recreação e do Lazer

A recreação como meio e fim da Educação Física. Benefícios da recreação no bem estar do indivíduo. O lazer e a educação física. Atividades lúdicas para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Planejamento de atividades lúdicas.

RODRIGUES, L.G.C. *Recreação – trabalho sério e divertido.* [s.l.]: Ícone, 2002.

BRUHNS, H.T. *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: Unicamp, 1997.

CATUNDA, R. *Recriando a Recreação*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

➤ **Metodologia de Ensino do Atletismo**

Conceito e divisão do atletismo. Iniciação ao atletismo. Metodologia de ensino dos fundamentos do atletismo. Processos pedagógicos para ensino das: corridas de meio-fundo e fundo; corridas de velocidade; corridas com barreiras; corridas de revezamento; marcha atlética; fundamentos dos saltos em extensão, altura, com vara e triplo; arremesso do dardo e disco; lançamento do martelo. Identificação dos erros mais comuns na execução do movimento e correção do mesmo. Regras oficiais.

FERNANDES, J.L. *Atletismo – Corridas*. 3.ed. [s.l.]: Epu, 2003.

FERNANDES, J.L. *Atletismo – Lançamentos e Arremessos*. 2.ed. [s.l.]: Epu, 2003.

FERNANDES, J.L. *Atletismo – Saltos*. 2.ed. [s.l.]: Epu, 2003.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. *Regras Oficiais*. São Paulo: Phorte, 2002.

KIRSH, A.; KOCH, K. & ORO, U. *Antologia do Atletismo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984

➤ **Metodologia de Ensino do Handebol**

Histórico do handebol. Metodologia do ensino dos fundamentos dos movimentos e do jogo de handebol. Processos pedagógicos de iniciação ao jogo. Gestos básicos. Exercícios específicos. Funções do goleiro. Funções do defensor. Técnicas e táticas de ataque e defesa. Identificação dos erros mais comuns na execução do movimento e correção do mesmo. Regras oficiais.

SANTOS, L. R. G. *Handebol: 1000 exercícios*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DE HANDEBOL. *Manual de Handebol – treinamento de base para crianças e adolescentes*. São Paulo: Phorte, 2002.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. *Regras oficiais de handebol e beach handebol*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

SIMÕES, A.C. *Handebol Defensivo*. São Paulo: Phorte, 2002.

➤ **Fisiologia Geral**

Conceitos gerais de funcionalidade dos Sistemas: Cardio-vascular, Respiratório, Neuromuscular (nervoso central e sistema nervoso autônomo), Endócrino, Digestivo, Genito-urinário. Fisiologia especial (em condições extremas), calor, frio, altitude, profundidade.

AIRES, M. de M. *Fisiologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

GUYTON, A C. *Fisiologia Humana*. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

BERNE, R.M. e MATHEW, N. L. *Fisiologia*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

➤ **Metodologia de Ensino da Natação**

Princípios e leis aplicados à natação. História e Evolução da natação. Metodologia de ensino dos fundamentos dos diferentes estilos de natação. Processos pedagógicos dos nados: crawl, costas, peito e borboleta. Identificação dos erros mais comuns na execução do movimento e correção do mesmo. Regras oficiais.

CABRAL, F. *Natação 1000 exercícios*. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

KERBEJ, F.C. *Natação – Algo mais que 4 nados*. São Paulo: Manole, 2002.

MACHADO, D. C. *Metodologia da Natação*. São Paulo: EPU, [s.d.].

MAGLISCHO, E. W. *Nadando ainda mais rápido*. Rio de Janeiro: Manole, 1999.

STICHERT, K.H. *Natação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico e Científico, 1999.

➤ **Metodologia de Ensino do Basquetebol**

História e evolução do basquetebol. Metodologia do ensino dos fundamentos do basquetebol. Processos pedagógicos de iniciação ao jogo e dos fundamentos básicos. Metodologia do ensino e significado das táticas ofensivas e defensivas. Identificação dos erros mais comuns na execução do movimento e correção do mesmo. Regras oficiais.

VIDAL, Ary. *Basquetebol para vencedores*. Porto Alegre: Est Edições, [s.d.].

GUERRINHA. *Basquete – Aprendendo a Jogar*. [s.l.]: Idea, 2001.

ALMEIDA, M.B. *Basquetebol – Iniciação*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

ALMEIDA, M.B. *Basquetebol 1000 exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

FERREIRA, A. E. X. e DE ROSE JR, *Basquetebol: Técnicas e Táticas – Uma abordagem didático pedagógica*. São Paulo: EPU/USP, 1987.

➤ **Didática Aplicada à Educação Física**

Os objetivos da educação. Enfoque da didática nas tendências pedagógicas. Implicações metodológicas. As teorias contemporâneas da educação. A avaliação da aprendizagem.

FARIA JR. A G. *Didática da Educação Física*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1987.

NÉRICI, I. G. *Didática Geral Dinâmica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

PILETTI, C. (org). *Didática Especial*. São Paulo: Ática, 1995.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO UFPe e URSM. *Visão Didática da Educação Física – Análises Críticas e Exemplos Práticos de Aulas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

➤ **Planejamento de Ensino**

Compreensão e Elaboração do planejamento de ensino. Objetivos educacionais. Conteúdos. Procedimentos de ensino. Recursos de ensino. Avaliação do ensino-aprendizagem. Tipos de planos de ensino.

SANTANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRE, L. C. & TURRA, C. M. G. *Planejamento de ensino e avaliação*. 11. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998.

➤ **Fisiologia do Exercício**

Sistemas metabólicos do músculo durante o exercício. Sistema de energia em diferentes esportes. Sistema cardio-respiratório no exercício. Sistema cardiovascular no exercício. Exercício e sistema endócrino.

FOX, E. & MATHEWS, D. K. *Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1983.

- ASTRAND, P. & RODAHL, K. *Tratado de Fisiologia do Exercício*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- POWERS, S.K. e HOWLEY, E.T. *Fisiologia do Exercício – Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho*. Rio de Janeiro: Manole, 2000.
- LEITE, P.F. *Fisiologia do Exercício – Ergonomia e Condicionamento Físico, Cardiologia Desportiva*. 4.ed. São Paulo: Robel, 2000.
- FOSS, M. L. e outro. *Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte*. 6.ed. Guanabara Koogan, 2000.

➤ **Bases Pedagógicas da Educação Física**

Os processos de aprendizagem na Educação Física. As bases pedagógicas da aprendizagem global e analítica. As questões do Treinamento versus Educação, A questão do Esporte como fenômeno Mundial e jogos como fenômeno social. Os O pensamento pedagógico atual da Educação Física. Princípio pedagógicos da: adequação à natureza, à faixa etária, a individualização, solidariedade, da totalidade. Questões pedagógicas dos esportes ou atividades motoras coletivas, das individuais, das atividades competitivas, das estéticas e funcionais.

- OLIVEIRA, V. M. *Fundamentos Pedagógicos: educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- DEMARCO, A. (org) *Pensando a Educação Motora*. Campinas: Papyrus, 1995.
- FARIA JR. A G., *Fundamentos Pedagógicos da Educação Física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, [s.d.].
- TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E. & PROENÇA, J. E. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU, 1988.
- MOREIRA, W.W. *Educação Física Escolar – Uma Abordagem Fenomenológica*. Campinas: Unicamp, 1995.
- SEYBOLD, A. *Educação Física – Princípios Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

➤ **Medidas e Avaliação em Educação Física**

Fundamentos gerais. Medidas e avaliação em educação física. Composição corporal. Medidas antropométricas. Medidas de proporcionalidade. Somatotipo. Avaliação da performance motora.

MATHEWS, D. K. *Medidas e Avaliação em Educação Física*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROCHA, P. E. C. P. *Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte*. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

➤ **Metodologia de Ensino do Voleibol**

História e evolução do voleibol. Metodologia do ensino dos fundamentos utilizados no voleibol. Processos pedagógicos de iniciação ao voleibol. Técnicas de ensino dos fundamentos básicos. Táticas ofensivas e defensivas. Identificação dos erros mais comuns na execução dos fundamentos e correção do mesmo. Regras oficiais.

DURRWACHTER, G. *Voleibol: treinar jogando*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

BIZZOCHI, C. *O Voleibol de alto nível – da iniciação à competição*. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.

CARVALHO, O. M. de *Voleibol – 1000 exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.

➤ **Prática de Ensino em Educação Física - Estágio Supervisionado I**

Subsídios teóricos para observação na escola. Fase da construção da observação. Discussão do roteiro para observação na escola. Planejamento do estágio. Observação de aula. Planejamento do Aula. Preleção de Aula. Elaboração de relatórios.

FARIA JR, A. G.; CORREA, E. S. & BRESSANE, R. S. *Prática de Ensino em Educação Física: estágio supervisionado*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1982.

GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO – U.Fpe e UFSM., *Visão didática da Educação Física – Análises críticas e exemplos práticos*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1991.

➤ **Nutrição em Educação Física**

Digestão e assimilação de carboidratos, gorduras e proteínas. A energética dos alimentos. Metabolismo e custo energético na atividade física. Alimentação e atividade física.

DE ANGELIS, R. C. *Fisiologia da Nutrição*. São Paulo: Nobel, 1986.

HIRSCHBRUCH, M.D. *Nutrição Esportiva – Uma Visão Prática*. São Paulo: Manole, 2002.

MAHAN, L.K. e ARLIN, M.T. *Alimentos Nutrição e Dietoterapia*. 8.ed. São Paulo: Roca, 1995.

➤ **Primeiros Socorros em Educação Física**

Abordagem sobre principais ocorrências traumatológicas possíveis na prática de diferentes modalidades de atividades físicas, assim como meios ou recursos para preveni-los. Contusões, lesões musculares, acidentes comuns da atividade física. Procedimentos técnicos para atendimento mais eficiente dos primeiros socorros.

LUZ, Norina F. da e BULLON, Liane K. *Primeiros Socorros*. Porto Alegre: Est Edições, [s.d.].

MILLS, J.; HO, M. T. & TRUNKEY, D. *Emergências Médicas: diagnóstico e tratamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.

SEKI, C. T.; BRANCO, S. S. & ZELLER, U. M. H. *Manual de Primeiros Socorros nos Acidentes de Trabalho*. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 1981.

➤ **Metodologia de Ensino do Futebol e do Futebol de Salão**

História e evolução do futebol e do futebol de salão. Metodologia do ensino dos fundamentos do futebol e do futebol de salão. Processos pedagógicos de iniciação ao futebol e ao futebol de salão. Técnicas de ensino dos fundamentos básicos. Táticas ofensivas e defensivas. Identificação dos erros mais comuns na execução dos fundamentos e correção do mesmo. Regras oficiais.

GODIK, M. A. *Futebol: preparação dos futebolistas de alto nível*. Londrina: Grupo Palestra Sport, 1996.

DUARTE, O. *Futebol – Historias e Regras*. São Paulo: Makron, 1997.

- BORSARI, J.R. *Futebol de Campo*. São Paulo: EPU, 1989.
- FERREIRA, R.L. *Futsal e a iniciação*. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- FIFA. *Regras Oficiais de Futebol*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
- RIUS, J.S. *Futebol – Exercícios e Jogos*. [s.l.]: Artmed, 2003.
- FRISSELLI, A. e MANTOVANI, M. *Futebol – Teoria e Prática*. São Paulo: Phorte, 1999.
- VOSER, R.; GIUSTI, J.B. *O futsal e a escola – uma perspectiva pedagógica*. [s.l.]: Artmed, 2001.

➤ Metodologia de Ensino em Educação Física

Métodos de ensino da Educação Física escolar no Brasil. Evolução e abordagem dos métodos. Prática do ensino das atividades motoras e os métodos de ensino da atividade motora. Abordagens globais, abordagens analíticas. Influências das escolas Internacionais. Estudo os estilos de ensino de Mosston.

- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, V. L. M. *Prática da Educação Física no 1º Grau: modelo de reprodução ou perspectiva de transformação?*. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- DARIDO, S. C. *Educação física na escola: questões e reflexões*. Araras: Topázio, 1999.
- FREIRE, J. B. *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1989.
- SOARES, C.L. e colaboradores, *Metodologia de Ensino da Educação Física*, São Paulo, Cortez Editores, 1993.

➤ Prática de Ensino em Educação Física - Estágio Supervisionado II

Subsídios teóricos para planejar a intervenção, levantar as necessidades e as posturas. Discussão do roteiro de intervenção cooperativa com o docente nas escolas. Planejamento da referida fase de estágio. Intervenção cooperativa com o docente em aula. Planejamento do conteúdo requisitado para a Aula. Elaboração de relatórios.

- FARIA JR, A. G.; CORREA, E. S. & BRESSANE, R. S. *Prática de Ensino em Educação Física: estágio supervisionado*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1982.

FARIA JR., A. G., *Didática da Educação Física*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1987.

➤ **Educação Física no Ensino Fundamental e Médio**

Orientações básicas da educação física no ensino fundamental e médio. Organização e implementação de experiências de aprendizagem e tarefas motoras. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física no ensino fundamental e médio.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física 1º e 2º ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física 3º e 4º ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BORSARI, J. R. *Educação Física da Pré-Escola à Universidade: planejamento, programas e conteúdos*. São Paulo: EPU, 1980.

DIETRICH, K.; DURRWACHTER, G. & SCHALLER, H. *Os Grandes Jogos: metodologia e prática*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

HARROW, A. *Taxionomia do Domínio Psicomotor*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

TAFFAREL, C. N. Z. *Criatividade nas Aulas de Educação Física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E. & PROENÇA, J. E. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU, 1988.

➤ **Educação Física Pré-Escolar**

Fundamentos da educação pré-escolar. Enfoque de atividades buscando o desenvolvimento psicomotor com o manejo de elementos, noções de volume, espaço, peso e velocidade. A importância do brinquedo e os jogos da cultura popular.

BORSARI, J. R. *Educação Física da Pré-Escola à Universidade: planejamento, programas e conteúdos*. São Paulo: EPU, 1980.

DIEM, L. *Brincadeiras e Esporte no Jardim da Infância*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

HARROW, A. *Taxionomia do Domínio Psicomotor*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

➤ **Seminários de Monografia I**

Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Monografia e seu desenvolvimento. Técnicas de apresentação verbal. Apresentação e discussão parcial da monografia. Técnica de utilização de recursos audiovisuais.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SALOMON, D.V. *Como fazer uma monografia?* [s.l.]: Martins Fontes, [s.d.].

PAES DE BARROS, A. J. e LEHFELD, N.A S., *Projeto de Pesquisa – propostas metodológicas*, Petrópolis, Vozes, 1990.

➤ **Cinesiologia**

Introdução ao Conceito de Cinesiologia. Biomecânica do Aparelho Locomotor Humano. Determinação do Centro de Gravidade do Corpo. Análise Cinesiológica de Gestos Esportivos.

GREENE, D.P.; ROBERTS, S.L. *Cinesiologia – estudo dos movimentos nas atividades diárias*. [s.l.]: Revinter, 2002.

HOFFMAN, S.J. *Cinesiologia – o estudo da atividade física*. [s.l.]: Artmed, 2001.

CARNAVAL, P.E. *Cinesiologia aplicada aos esportes*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

➤ **Psicologia da Educação**

Introdução à psicologia. Importância da aprendizagem no desenvolvimento humano. Bases psicológicas dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. O desenvolvimento da criança e do adolescente na visão psicanalítica. Desenvolvimento morais, emocionais e sociais. Práticas pedagógicas.

MULLER, K. *Psicologia Aplicada à Educação*. São Paulo: EPU, 1977.

MOREIRA, P.R. *Psicologia da Educação*. 2.ed. [s.l.]: Ftd, 2000.

FOULIN, J. *Psicologia da Educação*. [s.l.]: Artmed, 2000.

➤ **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio**

Bases filosóficas, históricas, socioeconômicas e políticas da educação. O sistema educacional brasileiro. Leis e Diretrizes e Bases da educação nacional. O ensino fundamental e médio. Medidas do governo em relação ao ensino fundamental e médio.

PILLETI, N. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau*. 13. ed. São Paulo: Ática, 1991.

OLIVEIRA, A. *Estrutura da Educação Escolar*. São Paulo: Unibra, 1998.

MENESES, J. G. de C. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira, 1998.

➤ **Atividades Aquáticas**

Hidroginástica. Introdução, histórico, evolução e objetivos. Metodologia de ensino dos movimentos. Processos pedagógicos. Identificação dos erros mais comuns na execução dos movimentos e correção dos mesmos. Indicações e contra-indicações. Noções de mergulho e pólo aquático.

ROCHA, J.C.C. *Hidroginástica - teoria e prática*. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

DELGADO, C.A. *A prática da hidroginástica*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

➤ **Seminários de Monografia II**

Discussão dos temas e dos trabalhos para monografia. Apresentação da Monografia. Avaliação e discussão dos trabalhos, orientações metodológicas.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PAES DE BARROS, A. J. e LEHFELD, N.A. S., *Projeto de Pesquisa – propostas metodológicas*, Petrópolis, Vozes, 1990.

➤ **Atividades Físicas em Academias**

Step e suas variações, Body Pump, Body Combat, atividades aeróbias e localizadas, entre outras. Introdução e objetivos. Metodologia de ensino dos movimentos. Processos

pedagógicos. Identificação dos erros mais comuns na execução dos movimentos e correção dos mesmos. Indicações e contra-indicações. Método de organização e trabalho.

MALTA, P. *Step Aeróbico e Localizado*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

NOGUEIRA, E.M. *Ginástica Localizada 1000 Exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

GERALDES, A.A.R. *Ginástica Localizada – Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Sprint, [s.d.].

RAMOS, A.T. *Atividade Física*. Rio de Janeiro: Sprint, [s.d.].

➤ **Educação Física Preventiva**

Campo de ação da educação física preventiva. Otimização das condições de trabalho como forma de prevenção. Ginástica Laboral. Recuperação de lesões. Hidroterapia.

CAMPION, M.R. *Hidroterapia – princípios e prática*. São Paulo: Manole, [s.d.].

POLITO, E.; BERGAMASCHI, E.C. *Ginástica Laboral – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

OLIVEIRA, J.R.G. *A prática da Ginástica Laboral*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

➤ **Informática**

Conhecimentos básicos de editor de texto (Word). Planilha eletrônica (Excel). Banco de dados (Access). Plataforma Windows. Programa de apresentação (Power Point). Operações com a Internet.

RAMALHO, J.A. *Introdução à Informática: teoria e prática*. [s.l.]: Futura, 2003.

MACHADO, C. *Descobrimos Microsoft Windows XP*. [s.l.]: Campus, 2001.

SANTANA FILHO, O.V. *Introdução à Internet*. [s.l.]: Senac, 2003.

KRAYNAK, J. *O mais completo guia sobre Microsoft Office XP*. [s.l.]: Futura, 2001.

➤ **Metodologia de Ensino do Tênis**

Introdução, histórico, evolução e objetivos do tênis de campo. Processos pedagógicos utilizados na aprendizagem e no desenvolvimento dos fundamentos. Técnicas e táticas do

jogo. Avaliação das habilidades motoras. Estudo e interpretação das regras. Noções sobre o tênis de mesa e esportes de raquete.

PROGRAM AMERICAN SPORT. *Ensinando tênis para jovens*. [s.l.]: Manole, 1999.

GOMES, A.C. *Tênis de Campo*. São Paulo: Phorte, [s.d.].

LAVER, Rod. *Tênis: 228 dicas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

OLIVEIRA, José G.M. *Tênis de Mesa – Regras e técnicas*. São Paulo: [s.n.], [s.d.].

➤ **Musculação**

Exercícios das partes corporais. Fundamentos de programa de exercício e de prescrição. Conceitos de carga, sobrecarga, intensidade, frequência, duração. Indicações e Contra-indicações. Método de organização e trabalho.

BARBANTI, V.J. *Fitness: manual do instrutor*. São Paulo: CLR Baleiro, 1994.

RODRIGUES, C. E. C. *Musculação na academia*. 3ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998

NORRIS, C.M. *Treinamento abdominal*. São Paulo: Manole, 1998

ANDES, K. *Força Física da Mulher*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

RODRIGUES, C. E.C. *Musculação Feminina*. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.

➤ **Metodologia de Ensino de Esportes de Contato**

Judô, Karatê e Capoeira. Introdução, histórico, evolução e objetivos. Metodologia de ensino dos movimentos. Processos pedagógicos de iniciação. Identificação dos erros mais comuns na execução dos movimentos e correção dos mesmos. Avaliação das habilidades motoras. Regras oficiais. Noções de Taekendô, Aikidô, Boxe, Sumô e Ju-Jitsu.

VIEIRA, L.R. *O jogo da capoeira*. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

REIS, Leticia V. S. *O mundo de Pernas para o ar – a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher/Fapesp, 1997.

TEGNER, B. *Guia Completo de Judô – do principiante ao faixa preta*. 13ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TEGNER, B. *Guia Completo de Karatê*. Rio de Janeiro: Record, [s.d.].

➤ **Crescimento, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora**

Introdução ao domínio do controle e aprendizagem motora. Conceitos subjacentes à teoria do processamento de informações no comportamento motor. Fatores determinantes da aprendizagem. Mecanismos facilitadores da aprendizagem. Estratégias instrucionais. Estudo dos padrões fundamentais de movimento. Desenvolvimento hierárquico de habilidades motoras ao longo do ciclo vital. Fatores intrínsecos e extrínsecos no crescimento e desenvolvimento motor.

SCHMIDT, R. A. *Aprendizagem e Performance Motora: dos princípios à prática*. São Paulo: Movimento, 1993.

MAGILL, R. A. *Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações*. 5.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

ECKERT, H. *Desenvolvimento Motor*. 3. ed. São Paulo: Manole, 1993.

MEINEL, K. & SCHNABEL, G. *Motricidade I – Teoria da Motricidade Esportiva sob o Aspecto Pedagógico*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

MEINEL, K. & SCHNABEL, G. *Motricidade II: o desenvolvimento motor do ser humano*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

PELEGRINI, A. M. (org) *Comportamento Motor I*. São Paulo: Movimento, 1997.

➤ **Esportes Alternativos**

Rapel, Escalada, Ciclismo, Triatlon, Conceitos técnicos das atividades propostas. Técnicas e instrumentos. Técnicas de treinamento e execução. Técnicas de segurança. Regras de competição.

OLIVEIRA, R.G. *Ciclismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

➤ **Educação Física Especial**

Considerações históricas da educação física adaptada. A pessoa portadora de deficiência. Características dos diferentes tipos de deficiência. Fundamentos neuroanatomofisiológico em função da deficiência. Adaptação da Educação Física e da atividade esportiva para o portador de deficiência.

ADAMS, R. C.; DANIEL, A. W.; CUBBIN, J. A.; RULLMAN, L. *Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico*. 3. ed. São Paulo: Manole, 1983.

ROSADAS, S. C. R. *Educação Física Especial para Deficientes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1991.

➤ **Comunicação e Expressão**

Linguagem oral e escrita. Habilidades de exposição e defesa de idéias. Descrição literária e técnica. Articulação entre elementos do texto. Formas estruturais e elementos de conteúdo de textos técnicos e científicos.

VANOYE, F. *Usos da Linguagem – problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. 19.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CUNHA, C.L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

➤ **Organização de Eventos**

Gestão de eventos. Fatores que afetam a organização e o desenvolvimento de um evento. Organização de cerimonial de abertura e encerramento de eventos. Estudos dos processos eliminatórios, não eliminatórios e combinados. Organização de eventos de esportes coletivos e individuais.

ZANELLA, L.C. *Manual de Organização de Eventos*. São Paulo: Atlas, 2003.

GIACAGLIA, M.C. *Organização de Eventos – teoria e prática*. [s.l.]: Thomson, 2003.

POIT, D.R. *Organização de Eventos Esportivos*. 2.ed. Jundiaí, SP: Phorte, 2000.

➤ **Legislação em Educação Física**

Legislação da educação física brasileira e do esporte. Noções de Direito e a relação com os esportes. Histórico e atualidades do Direito Esportivo. Aspectos legais para abertura de empresa esportiva ou academias.

TUBINO, M. *1500 Anos de Legislação Esportiva Brasileira*. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

➤ **Treinamento Desportivo**

Estudo dos Princípios do Condicionamento Físico. Planejamento de Programas de Trabalho e sua Aplicabilidade. Fundamentos Científicos e Didáticos do Treinamento Desportivo a Nível Escolar.

GRANELL, J.C.; CERVERA, V.R. *Teoria e Planejamento do Treinamento Desportivo*. [s.l.]: Artmed, 2003.

GOMES, A.C. *Treinamento Desportivo – Estruturação e Periodização*. [s.l.]: Artmed, 2002.

DANTAS, E.H.M. *A prática da preparação física*. 4.ed. Rio de Janeiro: Shape, 1998.

3. BIBLIOTECA

O acervo necessário para o primeiro ano do curso é formado por livros citados na bibliografia da ementa de cada disciplina. Entretanto, à medida que os docentes responsáveis pelas disciplinas dos 2º, 3º e 4º anos confirmarem as recomendações, os títulos serão adquiridos na quantidade necessária para uma relação adequada ao número de exemplar versus número de aluno, levando-se em conta que o MEC estabelece um exemplar por título para cada grupo de dez alunos e, também, um mínimo de seis assinaturas de periódicos. Segue abaixo tabela dos livros e periódicos para o primeiro e segundo semestres do curso:

Disciplinas	Títulos	Exemplares	Investimento (R\$)
Metodologia da Pesquisa em Educação Física	5	40	1.216,00
História da Educação Física	4	32	860,00
Bases Filosóficas Aplicadas à Educação Física	2	16	320,00
Informática	4	32	1.160,00
Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	3	24	2.336,00
Comunicação e Expressão	3	24	1.060,00
Teoria e Prática da Ginástica	3	24	476,00
Anatomia Humana Aplicada à Educação Física	5	40	4.880,00
Bases Sociológicas Aplicadas à Educação Física.	2	16	280,00
Metodologia de Ensino da Ginástica Olímpica	3	24	594,40
Teoria e Prática da Dança e Danças Folclóricas	10	80	2.353,60
Teoria e Prática da Recreação e do Lazer	3	24	508,00
Bases Psicológicas Aplicadas à Educação Física	2	16	424,00
Periódicos	6	6	doação
ORÇAMENTO ESTIMADO	49	392	16.468,00

(Tabela 3)

4. CORPO DOCENTE

Buscando oferecer um ensino de alta qualidade é necessário que seja priorizada a permanência dos docentes na Instituição com tempo suficiente para dedicação à pesquisa e extensão. Assim, no primeiro ano do curso, pretende-se contar com dois dos profissionais, em tempo parcial, ou seja, 20 horas de dedicação.

4.1. Titulação do Corpo Docente

O corpo docente será classificado conforme sua respectiva titulação:

- a) Categoria de Assistente Nível I: o candidato necessita ter concluído curso de graduação, atender às exigências legais mínimas do Conselho Nacional de Educação e ter experiência no magistério;
- b) Categoria de Assistente de Nível II: o candidato deve possuir título de Especialista obtido em curso de pós-graduação Lato-Sensu;
- c) Categoria de Assistente Nível III: o candidato deve possuir todos os créditos em Mestrado;
- d) Categoria de Professor Titular I: o candidato deve possuir o título de Mestre e desenvolver atividades docentes na condição de horista;
- e) Categoria de Professor Titular II: o candidato deve possuir o título de Mestre e haver concluído os créditos de Doutorado dedicando-se à atividade docente e às outras atividades acadêmicas em regime de tempo parcial de no mínimo 20 horas/aulas semanais e estar trabalhando no magistério superior há pelo menos três anos.
- f) Categoria de Professor Titular III, o candidato deve possuir título de Doutor dedicando-se em regime de tempo integral à atividade docente e às outras atividades acadêmicas, e estar trabalhando no magistério superior há pelo menos três anos.

4.2. Remuneração do Corpo Docente

TITULAÇÃO	HORA-AULA (RS)
Prof. Assistente I	15,00
Prof. Assistente II	18,00

Prof. Assistente III	21,60
Prof. Titular I	25,92
Prof. Titular II	31,10
Prof. Titular III	37,32

(Tabela 4)

Segue abaixo quadro de remuneração do corpo docente para o primeiro ano do curso:

Disciplina	Cargo / Titulação	Hora-Aula	Carga Mensal	Remuneração
Metodologia da Pesquisa	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	36 h/a	R\$ 777,60
História	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	18 h/a	R\$ 388,80
Bases Filosóficas	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	18 h/a	R\$ 388,80
Informática	Prof. Assistente II	R\$ 18,00	18 h/a	R\$ 324,00
Comunicação e Expressão	Prof. Assistente II	R\$ 18,00	18 h/a	R\$ 324,00
Bases Biológicas	Prof. Titular I	R\$ 25,92	36 h/a	R\$ 933,12
Ginástica	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	36 h/a	R\$ 777,60
Anatomia Humana	Prof. Titular I	R\$ 25,92	36 h/a	R\$ 933,12
Bases Sociológicas	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	18 h/a	R\$ 388,80
Recreação e Lazer	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	27 h/a	R\$ 583,20
Dança e Danças Folclóricas	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	36 h/a	R\$ 777,60
Ginástica Olímpica	Prof. Assistente III	R\$ 21,60	36 h/a	R\$ 777,60
Bases Psicológicas	Prof. Titular I	R\$ 25,92	27 h/a	R\$ 699,84
Pesquisa e Extensão	02 Professores	R\$ 15,00	180	R\$ 2.700,00
Coordenador	01	R\$ 25,00	180	R\$ 4.500,00
Remuneração Mensal do Corpo Docente				R\$ 15.274,08
Encargos trabalhistas (base de cálculo: 100%)				R\$ 15.274,08
Investimento Mensal com Corpo Docente				R\$ 30.548,16
Investimento Anual com Corpo Docente				R\$ 366.577,92

(Tabela 5)

5. INFRA-ESTRUTURA

O Curso de Educação Física irá ocupar, no seu ano de implantação, duas salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de multimídia, laboratório de anatomia e o laboratório de biologia, já existentes na Instituição.

Com relação às práticas esportivas, para um primeiro momento de funcionamento do curso, será firmado convênio com Prefeitura Municipal local para a utilização de diversas instalações, tais como: Ginásio de Esportes, Piscinas, Sala de Musculação, Sala de Ginástica, Vestiários, Pista de Atletismo e Campo de Futebol. Evidentemente, em sendo o Curso autorizado, a Instituição providenciará suas próprias instalações.

6. RECURSOS MATERIAIS

Os equipamentos e materiais abaixo referem-se às disciplinas de Teoria e Prática da Ginástica e Metodologia de Ensino da Ginástica Olímpica, ministradas no primeiro ano do Curso:

MATERIAL	QUANTIDADE	INVESTIMENTO
Bola de borracha	40	R\$ 488,00
Arco	40	R\$ 38,00
Massas	80	R\$ 480,00
Fita	40	R\$ 160,00
Corda Individual	40	R\$ 62,00
Colchonete	40	R\$ 456,00
Colchão Solo Ginástica Olímpica	10	R\$ 1.295,00
Colchão Salto em Altura	2	R\$ 2.880,00
Banco Sueco	2	R\$ 526,00
Mini-Tramp	2	R\$ 1.540,00
Trampolim Rhewther	2	R\$ 1.718,00
Plinto Piramidal	2	R\$ 1.144,00
Plinto Retangular	2	R\$ 840,00
Argolas Oficiais Completo	1	R\$ 1.920,00
Barra Fixa Oficial	1	R\$ 1.200,00
Cavalo Olímpico Oficial com Alção	1	R\$ 1.180,00
Cavalo para Saltos sem Alção	1	R\$ 920,00
Espalдар Duplo	1	R\$ 520,00
Paralela Oficial Assimétrica Feminina	1	R\$ 2.550,00
Paralela Oficial Simétrica Masculina	1	R\$ 4.300,00
Trave Baixa	1	R\$ 740,00
Trave Olímpica	1	R\$ 1.150,00
Cone	20	R\$ 104,00
Cama Elástica Oficial	1	R\$ 2.850,00
INVESTIMENTO FINAL		R\$ 29.061,00

(Tabela 6)

7. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

O planejamento econômico financeiro para a implantação do curso de Educação Física estabelece em seu quadro de receitas e despesas os seguintes fatores:

- a) orçamento do acervo bibliotecário;
- b) remuneração do corpo docente, já incluso os encargos trabalhistas;
- c) recursos materiais;
- d) anuidade dos discentes;
- e) evasão (base de 20% entre o primeiro e o segundo semestre);
- f) inadimplência (base de 10% da anuidade).

PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES		
Natureza	Receita (R\$)	Despesa (R\$)
Biblioteca		16.468,00
Corpo Docente		366.577,92
Materiais		29.061,00
Anuidade	672.000,00	
Evasão		134.400,00
Inadimplência		67.200,00
Receita e Despesa Final	672.000,00	613.706,92

(Tabela 7)

Conforme tabela, observa-se um investimento inicial (primeiro ano do Curso) estimado em R\$ 613.706,92, com retorno aproximado em R\$ 672.000,00, ou seja, um rendimento em torno de 9,5% ao final do primeiro ano de implantação do Curso.

COSIDERACÕES FINAIS

Neste trabalho foi tentado realizar um possível entender no processo de implantação de um curso de graduação em Educação Física, com aprofundamento em Licenciatura, numa faculdade já credenciada pelo Ministério da Educação, parcialmente ou totalmente estruturada, em regiões carentes de educadores físicos.

Observamos que a Licenciatura é favorável em regiões de carência profissional em Educação Física pelo simples fato de não haver sequer professores nas escolas públicas ou municipais, descaracterizando a disciplina.

Verificamos que a implantação de um curso está diretamente vinculado às regras estabelecidas pelo Ministério da Educação, como o processo de autorização e, posteriormente, do reconhecimento do curso em questão, detalhando a justificativa e o objetivo do curso, o plano curricular proposto e a distribuição das disciplinas na grade curricular, as referências bibliográficas necessárias e as respectivas ementas de todas as disciplinas do curso, as informações sobre o corpo docente e sua titulação, a infra-estrutura e os materiais necessários para o primeiro ano do curso.

Finalmente, concluímos que a implantação de um curso de Educação Física é viável financeiramente, já que a previsão de investimento torna-se quase semelhante ao retorno obtido ao final do primeiro ano de implantação. Logicamente, todo o sucesso da implantação de um curso está diretamente vinculado à qualidade dos profissionais que ali estarão e

também do ensino que irá se prestar, sempre tendo em mente que o aluno não é somente um aluno, mas também um consumidor deste produto que foi criado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Orientação para as diretrizes curriculares do curso de graduação, CNE/CES 583/2001, 04 abr. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, CNE/CES 0138/2002, 03 abr. 2002.
- HERMIDA, T. O Lugar da Educação Física na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: trajetórias, limites e perspectivas. *Revista Paranaense de Educação Física*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 55-65, mai. 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *O Sistema de Educação Superior*. www.educacaosuperior.inep.gov.br [A Educação Superior], em 05 mai. 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Tipos de Instituição de Educação Superior*. www.educacaosuperior.inep.gov.br [Tipos de Instituição], em 05 mai. 2003.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Os Tipos de Curso e de Diploma*. www.educacaosuperior.inep.gov.br [Tipos de Cursos], em 05 mai. 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *A Situação Legal dos Cursos*. www.educacaosuperior.inep.gov.br [Situação Legal], em 05 mai. 2003.
- MARQUES, M.O. *A Formação do Profissional da Educação*. Ijuí: UNIJUI, 2000.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação*. www.mec.gov.br [Secretaria de Educação Superior], em 07 mar. 2003.
- PCN – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais*. www.mec.gov.br [Secretaria de Educação Fundamental], em 07 mar. 2003.
- PROFISSÕES E CURSOS DE FORMAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO: segundo e terceiro graus. 2.ed. São Paulo: Editora Instituto Roberto Simonsen, 1971.
- ROCHA, C.H.; GRANEMANN, S.R. *Gestão de Instituições Privadas de Ensino Superior*. São Paulo: Atlas, 2003.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.
- SOUZA, P.N.P. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- TAFFAREL, C.N.Z. *A Formação do Profissional da Educação: o processo de trabalho e o trato com o conhecimento no curso de educação física*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas.
- TOJAL, J.B. *Currículo de Graduação em Educação Física: a busca de um modelo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- TRIGUEIRO, M.G.S. *O Ensino Superior Privado*. São Paulo: Marco Zero, 2000.

ANEXO 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES DE ESPECIALISTAS DE ENSINO
COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*Ficha de Avaliação dos Processos de Pedido de Autorização***de Cursos de Graduação em Educação Física****1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO**

Nº do Processo			
Mantenedora			
Mantida			
Endereço			
Município			
Regime Escolar			
Turnos de Funcionamento			
Nº de Vagas anual/semestral			
Nº de Turmas			
Titulações Propostas	Bacharelado	Licenciatura	Não explicitado

2. PROJETO ACADÊMICO DO CURSO

Itens Avaliados	Satisfatório	Insatisfatório	Não há ind.
a) Definição dos eixos norteadores do curso (fundamentação conceitual do(s) curso(s); perfil(is) profissional(ais); campo(s) de aplicação profissional; diferenciação da estrutura curricular, no caso de proposição de licenciatura e de bacharelado)			
b) Definição clara e distribuição das disciplinas pelas áreas de formação básica, formação específica e de aprofundamento			
c) Compatibilidade entre os objetivos do curso, as disciplinas e as respectivas ementas que compõem o currículo pleno			
d) Adequação e atualização da bibliografia aos objetivos e às ementas das disciplinas			
e) Oferecimento de leque abrangente de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas vinculadas ao eixos norteadores			
f) Distribuição equilibrada da carga horária das disciplinas ao longo do processo de integralização curricular			
g) Distribuição das disciplinas numa lógica sequencial nas perspectivas epistemológica e pedagógica			
h) Justificativa da interação teoria/prática ao longo do curso			
i) Envolvimento do corpo discente em projetos de ensino, extensão e iniciação científica			
j) Indicação da organização do estágio e do campo de atuação			
k) Definição do número de vagas, de turmas e de alunos por turma			
TOTAL			

• **Critérios para avaliação deste item:**

CONCEITO A: no mínimo 10 itens conceitos satisfatórios (obrigatoriamente os itens a,b,c,d,e,h,k)

CONCEITO B: de 06 a 09 itens com conceitos satisfatórios, admitindo-se a inadequação de um dos itens c,d,e,h,k

CONCEITO C: inadequação ou ausência de pelo menos dois itens obrigatórios a,b,c,d,e,h,k

CONCEITO GLOBAL DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO:

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

Itens avaliados	Satisfatório	Insatisfatório	Não há indic.
a) Currículo Compatível com a Área			
b) Titulação Acadêmica			
c) Tempo de Dedicção ao Curso			
TOTAL			

• **Critérios para avaliação deste item:**

CONCEITO A: 3 itens com conceito satisfatório

CONCEITO B: 2 itens com conceito satisfatório

CONCEITO C: 1 itens com conceito satisfatório

Obs.: Conceito satisfatório para item c) = doutor ou mestre

Conceito satisfatório para item d) = tempo integral

CONCEITO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO:

4. CORPO DOCENTE

4.1. Nível de Formação/Titulação Docente

Titulação	Quantidade	% Total	% Cat.
a) Graduação			
b) Especialização			
c) Mestrado			
d) Doutorado			
e) Livre Docência			
Total			

• **Critérios para avaliação deste item:**

Conceito A: Σ de Mestres, Doutores e Livre Docentes superior a 66%;

Conceito B: Σ de Mestres, Doutores e Livre Docentes entre 33% e 66%;

Conceito C: Σ de Mestres, Doutores e Livre Docentes inferior a 33% ou dados insuficientes;

CONCEITO GLOBAL PARA NÍVEL DE FORMAÇÃO/TITULAÇÃO:

4.2. Regime de Trabalho do Corpo Docente

Faixas	Quantidade	%
a) Tempo integral		
b) Tempo parcial		
c) Hora/aula		
d) Não informado		

• **Critérios para avaliação deste item:**

A = Porcentagem mínima de 30% de docentes em regime de por tempo integral;

B = Porcentagem mínima de 15% de docentes em regime de por tempo integral;

C = Menos de 15% de docentes em regime de integral ou não informado.

CONCEITO GLOBAL PARA REGIME DE TRABALHO:

4.3. Planos de Apoio Docente

Itens de Avaliação	Satisfatório	Insatisfatório	Não há indic.
a) de Qualificação			
b) de Carreira			
c) de Remuneração			
d) de Incentivo à Produção Científica			
e) de Incentivo à Participação em Eventos Científicos			
TOTAL			

• **Critérios para avaliação deste item:**

CONCEITO A: Todos os itens com conceito satisfatório;

CONCEITO B: 3 ou 4 itens com conceito satisfatório (obrigatoriamente os itens "a" e "b");

CONCEITO C: abaixo de 3 itens com conceito satisfatório.

CONCEITO GLOBAL PARA PLANO DE APOIO DOCENTE:

4.4. Compatibilidade entre as Experiências de Formação e Atuação Profissional do Docente e as Disciplinas pelas quais serão Responsáveis

Compatibilidade	Nº Docentes	%
a) Satisfatória		
b) Não satisfatória		
c) Não há indicação		

• **Critérios para avaliação deste item:**

CONCEITO A: mais de 80% de professores na situação satisfatória;
 CONCEITO B: mais de 60% até 80% de professores na situação satisfatória;
 CONCEITO C: abaixo de 60% de professores na situação satisfatória.

CONCEITO GLOBAL P/ COMPATIB. QUALIFICAÇÃO DOCENTE/DISCIP.

5. BIBLIOTECA

Itens Avaliados	Satisfatório	Insatisfatório	Não há indic.
a) Existência ou previsão de títulos que atendam ao currículo do curso			
b) Existência ou previsão de periódicos nacionais indexados			
c) Existência ou previsão de videoteca com acervo			
d) Existência ou previsão de livros-textos em quantidade adequada ao número de alunos			
e) Política de atualização e expansão do acervo			
f) Existência ou previsão de espaços físicos para leitura e trabalho individual e grupo			
g) Existência de catalogação de acervo nas normas de serviços bibliográficos			
h) Existência ou previsão de informatização do acervo, acesso à base de dados e rede INTERNET			
i) Existência ou previsão de indicação de formas de acesso e horários de atendimento			
TOTAL			

• **Crítérios para avaliação deste item:**
 A = Todos o itens satisfatórios;
 B = De 05 a 08 itens satisfatórios, incluindo necessariamente os itens "a" - "d" - "h"
 C = Abaixo de 05 itens satisfatório

CONCEITO GLOBAL PARA BIBLIOTECA:

6 – INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Itens Avaliados	Satisfatório	Insatisfatório	Inexistente
a) Plano detalhado de salas de aulas que servirão ao Curso (Planta das Instalações e Mobiliário adequados das Salas de Aulas)			
b) Plano detalhado dos laboratórios específicos do Curso (Planta das Instalações e Mobiliário adequados ao funcionamento dos Laboratórios)			
c) Instalações sanitárias e vestiários adequados ao atendimento de docentes, discentes e funcionários			
d) Existência ou previsão de salas e/ou gabinetes destinados ao corpo docente			
e) Existência ou previsão de aquisição de equipamentos			
TOTAL			

• **Crítérios para avaliação deste item:**
 A = Todos os itens satisfatórios
 B = 03 itens satisfatórios, incluindo necessariamente os itens "a" e "b"
 C = abaixo de 3 itens satisfatórios

CONCEITO GLOBAL PARA INSTALAÇÕES:

7 – AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO

Itens Avaliados	Conceitos (de A a C)	Peso	Valor Ponderado
Projeto acadêmico do curso		37,5	
Administração acadêmica do curso		5,0	
Nível de Formação/Titulação Docente		12,5	
Regime de Trabalho do Corpo Docente		5,0	
Planos de Apoio Docente		5,0	
Compatibilidade entre Qualificação Docente/Disciplina		7,5	
Biblioteca		17,5	
Instalações		10,0	
TOTAL		100	
Valor da Pontuação: A = 5 pontos; B = 3 pontos; C = 2 pontos			
Cálculo da Média Ponderada: Total do Valor Ponderado/100 = Média Ponderada Final			
<ul style="list-style-type: none"> • Critérios para Avaliação Global deste Processo A = Média ponderada final de 4,0 a 5,0 B = Média ponderada final de 3,0 a 3,99 C = Média ponderada final de abaixo de 3,0 			

CONCEITO FINAL

**PARECER DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

- () A Instituição proponente reúne as condições necessárias à autorização do Curso;
- () A Instituição proponente deverá processar as modificações indicadas pela COESP-EF e solicitar nova visita para autorização de funcionamento do Curso.
- () A Instituição não apresenta as condições mínimas necessárias à autorização do Curso.

ANEXO 2

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Câmara de Educação Superior

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 11 DE MARÇO DE 2002

Dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, alterada pelos dispositivos pertinentes da Medida Provisória 2216-37, de 31/8/2001, e o Parecer CNE/CES 1.366/2001, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º O credenciamento, a transferência de mantença, os estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, a autorização de cursos de graduação, o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, as normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior obedecerão aos preceitos desta Resolução.

CAPÍTULO I

DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 2º Os pedidos de credenciamento deverão observar as definições do MEC relativamente à documentação necessária à instrução do processo.

Parágrafo único. As solicitações deverão ser feitas nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de abril e de 1º de julho a 30 de agosto.

Art. 3º O credenciamento não poderá ser solicitado por instituições cujos titulares e dirigentes integrem outras instituições que, comprovadamente, tenham cometido irregularidades ou, ainda, que tenham sofrido punições nos últimos 5 (cinco) anos.

Seção I

Da Análise da Situação Fiscal e Parafiscal da Instituição Mantenedora

Art. 4º A documentação a ser apresentada é a estabelecida na legislação vigente, acrescida de informações acerca da idoneidade institucional e outras a serem definidas em Portaria Ministerial.

Art. 5º As instituições deverão apresentar demonstrações financeiras, com parecer de seu conselho fiscal ou órgão similar, na forma dos artigos 7º-B, 7º-C e 7º-D e seus parágrafos, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com a redação dada pela Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999, segundo a forma de constituição em que se enquadrem.

Seção II

Do Plano de Desenvolvimento Institucional

Art. 6º O Plano de Desenvolvimento Institucional, que se constitui também em compromisso da instituição com o Ministério da Educação a ser apresentado pela mantenedora, deverá ser desenvolvido juntamente com a mantida e preparado para um período de 5 (cinco) anos, incluindo os seguintes documentos:

I - plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente inclusive eventuais substituições, infra-estrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes curriculares nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação;

II - critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior;

III - descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos fora de sede;

IV - projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de auto-avaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.

§ 1º O credenciamento e o recredenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados à aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional pelo Ministério da Educação.

§ 2º O Plano de Desenvolvimento Institucional, considerando a missão, os objetivos e as metas da instituição, bem como as propostas de desenvolvimento das suas atividades, deverá definir claramente os procedimentos relativos à qualificação do corpo docente, inclusive quanto a eventuais substituições, assim como ao regime de trabalho, ao plano de carreira, à titulação, à experiência profissional no magistério superior e à experiência profissional não acadêmica, levando em conta as condições de formação em pós-graduação de docentes na região, o projeto pedagógico dos cursos e as outras atribuições acadêmicas dos docentes.

§ 3º Com relação à organização didático-pedagógica, o Plano de Desenvolvimento Institucional deverá explicitar:

I - descrição da organização dos cursos de graduação, considerando as diretrizes curriculares e o planejamento pedagógico até sua integralização;

II - indicação de número de turmas previstas por curso, identificando locais e turnos de funcionamento e número de alunos por turma;

III - elenco de inovações consideradas significativas, especialmente quanto:

a) à flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios;

b) ao desenvolvimento de materiais pedagógicos;

c) à incorporação crescente dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação;

IV - descrição da organização dos cursos e programas de pós-graduação.

§ 4º Com relação à biblioteca, o Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter:

I - indicação do acervo, formas de sua atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas existentes ou previstos, bem como as obras clássicas, dicionários e enciclopédias, destacando em especial:

a) livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais;

b) vídeos, DVDs, CD ROMS e assinaturas eletrônicas.

II - descrição do espaço físico incluindo as instalações para estudos individuais e em grupo;

III - horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos, tais como, consulta e empréstimo, acesso a redes, a bases de dados, a outras bibliotecas nacionais e internacionais, a consultas e leituras eletrônicas.

§ 5º Com relação aos laboratórios e instalações, o Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter:

I - descrição das instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas implantados ou previstos e, quando for o caso, sua disponibilidade para pesquisa;

II - descrição dos equipamentos de informática existentes, bem como do acesso a redes e softwares disponíveis e informação concernente à relação equipamento/aluno;

III - descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas.

§ 6º O planejamento da avaliação institucional permanente da instituição e de seus cursos e programas deverá definir em linhas gerais, as atividades e as formas de participação dos corpos docente e discente nesse processo.

§ 7º O processo de avaliação poderá conduzir à modificação do Plano de Desenvolvimento Institucional que, para ser validado, dependerá de prévia anuência da Secretaria de Educação Superior do MEC- SESu/MEC, observados os princípios norteadores desta Resolução.

Art. 7º O Plano de Desenvolvimento Institucional, que se constitui em compromisso da instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior e poderá ser exigido também no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC, devendo sofrer aditamento no caso de sua modificação, conforme previsto no § 7º, do Art. 6º desta Resolução.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES

Art. 8º O credenciamento de centros universitários e Universidades será feito por meio de novo credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e regularmente implantadas que atendam, além do descrito nos artigos anteriores, aos seguintes requisitos:

I - possuir cinco ou mais cursos de graduação reconhecidos;

II - ter obtido em seus cursos de graduação, nas avaliações a que tiver sido submetida, mais da metade de conceitos A, B ou C nas três últimas edições do Exame Nacional de Cursos e, pelo menos, nenhum conceito insuficiente no item corpo docente na avaliação das condições de oferta do curso;

III - não ter pedido de reconhecimento de curso superior negado pelo Conselho Nacional de Educação, ou pela SESu/MEC, nos últimos 5 (cinco) anos;

IV - ter institucionalizado programa de avaliação;

V - ter sido avaliada positivamente na avaliação institucional realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, de acordo com as normas aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 9º As Universidades deverão ter oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e atenderem ao que dispõem os artigos 52, 53 e 54 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como a Resolução CNE/CES 2, de 7 de abril de 1998.

Parágrafo único. As solicitações deverão ser feitas nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de abril e de 1º de julho a 30 de agosto.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA DE MANTENÇA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 10. A solicitação de transferência de manutenção deverá ser feita à SESu/MEC, acompanhada de documentação fiscal e parafiscal, auditoria independente e demais documentos indicados pela SESu/MEC para o processo de credenciamento.

Parágrafo único. A transferência somente poderá ser solicitada entre instituições que não tenham cometido irregularidades acadêmicas ou administrativas ou sofrido punições nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 11. A transferência de manutenção depende de autorização prévia do MEC, consubstanciada em ato ministerial publicado no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO IV

DOS ESTATUTOS E REGIMENTOS

Art. 12. A análise dos estatutos e regimentos deverá observar diretrizes deliberadas pelo CNE, a partir de proposta da SESu/MEC.

§ 1º Os estatutos de universidades e centros universitários serão analisados pela SESu/MEC e submetidos à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para posterior homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º Os Regimentos de Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos Superiores serão analisados pela SESu/MEC para posterior aprovação pelo Ministro de Estado de Educação.

§ 3º Integrarão o Plano de Desenvolvimento Institucional as informações essenciais, a serem definidas pela SESu/MEC, e que obrigatoriamente deverão constar em cláusulas de seus regimentos.

CAPÍTULO V

COMITÊ ASSESSOR DA SESu/MEC E COMITÊ TÉCNICO DE COORDENAÇÃO

Seção I

Do Comitê Assessor da SESu/MEC

Art. 13. Os Comitês Assessores terão características, missões e procedimentos de trabalho descritos a seguir.

§ 1º Os Comitês deverão ser organizados por grande área do conhecimento, sendo integrados por até 30 (trinta) membros titulares e demais integrantes ad hoc, escolhidos de forma a garantir a representação acadêmica das respectivas subáreas do conhecimento e dos profissionais não acadêmicos que atuem na área.

§ 2º Os Comitês Assessores da SESu/MEC considerarão:

- I - os critérios gerais fixados pela Câmara de Educação Superior do CNE;
- II - os critérios específicos para cada curso estabelecidos com base em recomendação por eles elaborados e aprovados pela Câmara de Educação Superior do CNE.

§ 3º A composição dos comitês será formalizada por nomeação do titular da SESu/MEC, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e obedecerá a critérios de titulação acadêmica e experiência em docência, experiência profissional não acadêmica e experiência em cargos de direção acadêmica.

§ 4º Os integrantes dos comitês terão mandato de 1 (um) ano e de 2 (dois) anos, a critério da SESu/MEC, podendo haver uma recondução.

§ 5º Os comitês deverão assessorar a SESu/MEC especialmente nas seguintes atividades:

- I - supervisão para fins de autorização de cursos e de credenciamento de novas instituições;
- II - supervisão periódica em instituições e acompanhamento da qualidade do ensino em cursos superiores;
- III - proposição de padrões de qualidade para cursos e instituições, em articulação com as comissões do INEP, ouvido o CNE;
- IV - colaboração na proposição de diretrizes gerais de políticas de ensino superior.

§ 6º O trabalho dos Comitês Assessores da SESu/MEC será definido e orientado pelo Departamento de Política do Ensino Superior, que, para tanto, se encarregará de:

- I - propor à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para deliberação, texto orientador das políticas de ensino superior, especialmente no que se refere à expansão do ensino superior, levando em conta

as especificidades regionais, as características do atual perfil da oferta de cursos superiores, a qualificação do ensino e a diversidade do sistema e das instituições que o integram;

II - propor à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação manual de procedimentos dos integrantes dos comitês, indicando, inclusive, parâmetros de atuação quanto a postura ética e conflito de interesses;

III - definir roteiros de supervisão, indicando os procedimentos e métodos a adotar, correspondentes às verificações programadas para os comitês;

IV - organizar atividades sistemáticas de orientação para os integrantes dos comitês quanto às diretrizes gerais das políticas educacionais, abrangência de suas atribuições, métodos de trabalho e normas de conduta e procedimento.

§ 7º Deverá haver sub-grupos de integrantes dos comitês assessores, para fins de verificação e desenvolvimento de outras atividades, cabendo sua designação ao Departamento de Políticas de Ensino Superior da SESu/MEC, observado o critério de composição mista quanto à formação acadêmica e à experiência profissional dos indicados.

§ 8º Haverá publicação de ato de nomeação dos Comitês Assessores e divulgação dos sub-grupos ou de integrantes dos comitês para a realização das atividades de supervisão na página da SESu/MEC na Internet, cabendo ao titular da SESu/MEC a comunicação do ato por meio de ofício aos integrantes e às instituições supervisionadas.

Seção II

Do Comitê Técnico de Coordenação

Art. 14. O Comitê Técnico de Coordenação terá como atribuição o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos dos Comitês Assessores da SESu/MEC, sendo igualmente integrado por profissionais acadêmicos e não acadêmicos, de notória representação em seu meio.

§ 1º Será integrado por 11 (onze) membros, dentre os quais haverá pelo menos 1(um) representante de cada grande área do conhecimento, correspondente às grandes áreas de atuação dos Comitês Assessores, e contará, ainda, com representantes de setores não acadêmicos.

§ 2º O Comitê será nomeado pelo titular da Secretaria de Educação Superior do MEC, observados os critérios de notória representatividade e competência na área de atuação, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

§ 3º Os integrantes do Comitê Técnico de Coordenação terão mandato de 1 (um) ano e de 2 (dois) anos, a critério da SESu/MEC, podendo haver uma recondução.

§ 4º O Comitê Técnico de Coordenação terá as seguintes atribuições principais:

I - acompanhar os trabalhos dos Comitês Assessores, observando o cumprimento dos procedimentos, normas de conduta e padrões de qualidade dos cursos superiores estabelecidos pela SESu/MEC;

II - assessorar a SESu/MEC no encaminhamento de ações referentes à expansão e supervisão do ensino superior.

Art. 15. Compete à SESu/MEC o acompanhamento e a supervisão do Comitê Técnico de Coordenação, que terá como Presidente, o titular da Secretaria de Educação Superior e como Secretário Executivo, o Diretor do Departamento de Políticas do Ensino Superior.

CAPÍTULO VI

DA AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DE CURSOS SUPERIORES

Art. 16. Quando do pedido de credenciamento de instituição de ensino superior, deverão ser solicitadas as autorizações dos cursos de graduação propostos para integrar a instituição.

Parágrafo único. As solicitações deverão ser feitas nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de abril e de 1º de julho a 30 de agosto.

Seção I

Da Autorização para o Funcionamento de Cursos Superiores em Instituições Novas

Art. 17. Os procedimentos e os critérios definidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para a verificação, com vistas à autorização de cursos, deverão ser editados em ato próprio da SESu/MEC, sendo que:

I - caso seja aceita a documentação de credenciamento apresentada, deverá ocorrer verificação in loco por comitê da SESu/MEC, que indicará a viabilidade institucional de implantação do projeto do curso apresentado e de seu desenvolvimento;

II - a SESu/MEC informará à instituição, com antecedência de 7 (sete) dias, a data da verificação.

Art. 18. Os procedimentos e critérios para encaminhamento dos relatórios das verificações serão editados pela SESu/MEC em ato próprio, prevendo no mínimo as seguintes etapas:

I - o relatório de verificação dos comitês da SESu/MEC deverá estar disponível para vista da instituição, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, que decorrido implicará na remessa do mesmo à análise técnica da SESu/MEC, recomendando ou não a abertura do curso;

II - o recurso da decisão deverá ser garantido e obedecerá a critérios previamente estabelecidos pela SESu/MEC, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;

III - decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de recurso, o processo retornará à SESu/MEC, que o enviará à decisão do Ministro da Educação, ressalvados os casos previstos na legislação em vigor, que deverão ser remetidos à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 19. O processo de autorização implica nova verificação na instituição, após o início do funcionamento dos cursos, e considerará, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I - o cumprimento dos compromissos assumidos quando do credenciamento;
- II - a correspondência do curso implantado com o projeto apresentado;
- III - a viabilidade institucional de continuidade do processo de implantação do curso.

Seção II

Da Autorização para o Funcionamento de Cursos em Instituições já Credenciadas

Art. 20. As autorizações de novos cursos superiores em Instituições já credenciadas deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

§ 1º As Instituições que não possuem Plano de Desenvolvimento Institucional deverão submetê-lo à apreciação e aceitação da SESu/MEC que as submeterá à verificação prévia.

§ 2º As Instituições que possuam Plano de Desenvolvimento Institucional atualizado e aceito pela SESu/MEC ficam dispensadas de verificação prévia, desde que:

- I - conste no Plano de Desenvolvimento Institucional a previsão de criação do curso solicitado e seu projeto de implantação;
- II - não haja indicações em relatórios anteriores de supervisão da SESu/MEC de irregularidades ou deficiências acadêmicas não sanadas.

§ 3º As Instituições com cursos de graduação que tenham obtido mais de 50% (cinquenta por cento) de conceitos D ou E no Exame Nacional de Cursos e com um ou mais CI na Avaliação das Condições de Oferta, ficam impedidas de solicitar qualquer novo curso, até que apresentem nova avaliação positiva.

CAPÍTULO VII

DO RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES

Art. 21. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores dependem de avaliação das condições de oferta a ser realizada pelo INEP, segundo critérios aprovados pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 22. A SESu/MEC deverá basear-se integralmente no relatório da avaliação do INEP para recomendar ou não o reconhecimento ou renovação do reconhecimento do curso, indicando, a partir de critérios aprovados pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e publicados em ato próprio:

- I - o período de validade do reconhecimento;

II - o estabelecimento de medidas de recuperação da qualidade da instituição e dos seus cursos.

Parágrafo único. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores previstos no Art. 31, parágrafo único, do Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, dependerá de aprovação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 23. Os relatórios de não recomendação poderão ser objeto de recurso, diretamente ao CNE ou a SESu/MEC, dependendo do caso, conforme disposto na legislação vigente.

Parágrafo único. A análise do recurso observará o disposto nos § 3º e 4º, do Art. 34, do Decreto 3.860, de 2001.

Art. 24. As solicitações de reconhecimento deverão ser feitas pelas Instituições, nos períodos de 1º de fevereiro a 30 de abril e de 1º de julho a 30 de agosto, para todos os seus cursos de graduação que tenham cumprido 50% (cinquenta por cento) de seu projeto curricular.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS

Art. 25. A SESu/MEC solicitará a manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para a instrução de recursos interpostos contra decisões proferidas em:

I - credenciamento e credenciamento de universidades e centros universitários;

II - autorização e reconhecimento de cursos superiores, previstos nos Arts. 27 e 28, do Decreto 3.860, de 2001.

CAPÍTULO IX

DA SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR

Art. 26. A supervisão do ensino superior deverá, sempre que necessário, abranger ações periódicas, não restritas ao processo de credenciamento, credenciamento, autorização ou reconhecimento de Instituições e cursos de ensino superior.

Art. 27. A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação estabelecerá, por meio de Resolução específica, normas e critérios referentes à aplicação do disposto na Portaria MEC 1.465, de 12 de julho de 2001.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

(Of. El. nº CNE45-2002)

GLOSSÁRIO

CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IES	-	Instituição de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	-	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	-	Ministério da Educação
PCN	-	Parâmetros Curriculares Nacionais
SESU	-	Secretaria de Educação Superior

ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA

TURMA III

AVALIAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO

ALUNO (A) Ivan Eduardo de Abreu Arruda

- 1. TÍTULO: Processo para Implantação do Curso de Graduação em Educação Física.**
- 2. OBJETIVO: Desenvolver uma proposta de graduação em educação física visando o desenvolvimento educacional e esportivo de determinada região no interior de São Paulo.**
- 3. JUSTIFICATIVA: Priorizar a formação de profissionais em graduação em educação física, visando o atendimento as regiões carentes dos mesmos, considerando os preceitos teóricos necessários para a sua efetivação.**
- 4. SETOR DE ABRANGÊNCIA: Administração, Planejamento, Empreendedorismo, Marketing e Ensino Superior.**
- 5. AVALIAÇÃO DO TRABALHO: O trabalho foi realizado dentro das propostas de orientação, atendo-se principalmente quanto as concepções e comparações entre as Instituições públicas e privadas e as diferenciações entre as estruturas existentes para o ensino superior.**
- 6. CONCLUSÃO: Pode-se considerar que o trabalho atende as necessidades de conclusão propostas para a conclusão de curso.**
- 7. NOTA: 9,0**

Prof. Marcos Aurelio Schemberger

Em 09 /10 /2003.